
ANÁLISE DO ENSINO DE GRAMÁTICA EM SALA DE AULA

Maria Leane dos Santos¹

Francinete Alves Ferreira²

Thaísa Gabriella Queiroz da Costa³

Resumo

O presente artigo busca analisar sobre o ensino da gramática pautado na visão tradicional e na perspectiva da linguagem. Para tanto, serão analisadas algumas das concepções de gramática e linguagem e as teorias subjacentes a tais visões e sua relação com o ensino gramatical em sala de aula. Analisando como o professor de português do Ensino Fundamental II está lidando com o embate entre a tradição escolar gramatical e as novas propostas de ensino que visam desbancá-la, ao desenvolverem aquilo que os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa chamam de Eixo da Reflexão e Análise Sobre a Língua. Do ponto de vista teórico ao ponto de vista metodológico, na abordagem qualitativa, o resultado indica a coexistência de diferentes perspectivas teórico-metodológicas na prática do professor, existente nesse eixo de ensino, perspectivas essas que se delineiam mais claramente em função dos conteúdos linguísticos selecionados e trabalhados pelo docente em sala de aula.

Palavras-chaves: Gramática. Análise. Sala de aula.

Abstract

This article aims to analyze the teaching of grammar based on the traditional view and the perspective of the language. To do so, we will analyze some of the conceptions of grammar and language and the theories underlying such visions and their relation to grammar teaching in the classroom. Analyzing how the Portuguese teacher of Elementary School II is dealing with the clash between the grammar school tradition and the new teaching proposals that aim to overthrow it, by developing what the National Curriculum Parameters of the Portuguese Language call the axis of reflection and analysis About the Language. From the theoretical point of view, from the methodological point of view, in the qualitative approach, the result indicates the coexistence of different theoretical-methodological perspectives in the teacher's practice, existing in this axis of education, perspectives that are more clearly delineated according to the selected linguistic contents And worked by the teacher in the classroom.

Key words: Grammar, Analysis, Classroom.

¹ Maria Leane dos Santos, UERN, leanesantos_c@hotmail.com

² Francinete Alves Ferreira, UERN, franciente_ruaneta@hotmail.com

³ Thaisa Gabiella Queiroz da Costa, thaisa_gabriella@hotmail.com

1 Introdução

A análise do ensino de gramática em sala de aula é a perspectiva deste trabalho, no qual procuramos analisar como acontece o ensino de gramática ao vê das diferentes concepções normativa, descritiva e internalizada, visto que a postura do professor diante da disciplina se define mediante o entendimento deste, sobre gramática e língua portuguesa. Para tanto, realizamos leituras dos autores e teóricos: Travaglia (2005), Backthin/Volochinov (2004), Geraldi (1997), Neves (1990) objetivando discutir sobre as características atuais do ensino de gramática.

Observaremos o conhecimento do docente nos que ele concebe em sala de aula na qual sua probabilidade se revelar-se do desenvolvimento, onde poderemos observar os impedimentos e os avanços existentes para o melhor desempenho dos seus alunos. É essencial que o professor tenha nitidez das concepções de linguagem correlacionadas ao ensino gramatical, pois, como pondera Travaglia (2000) à forma como o professor de língua idealiza a linguagem vai originar sua forma de trabalhar a gramática em sala de aula.

Uma das maiores discussões no setor educacional é exatamente o ensino de língua portuguesa, pois vem consistir em ser considerado “arcaico”, devido ao uso de procedimentos completamente teóricos, sem nenhuma significação e/ou aplicabilidade na vida dos alunos que, por sua vez, quase sempre, não conseguem estabelecer relações entre a teoria gramatical e a prática de texto.

Em benefício do que fora desvendado, pretende-se conferir na primeira parte deste artigo algumas das concepções de linguagem e de gramática. A segunda parte é a descrição dos dados coletados na observação das aulas, formulados no diário de campo, e por fim a análise desses dados com base na metodologia do professor analisado.

2 Concepções de Gramática

O âmbito escolar proporciona ainda uma arte de ensino da língua portuguesa ajustada nos exercícios tradicionais de gramática, apesar da necessidade de um ensino mais reflexivo. Travaglia (2005) apresenta três concepções de gramática: gramática normativa, gramática descritiva e gramática internalizada. A primeira concepção de linguagem, abordada pelo autor, está ligada ao conceito de gramática normativa: “Concebida como um manual com regras de bom uso da língua a serem seguidas por aqueles que querem se expressar

adequadamente” (TRAVAGLIA, 2005, p. 24). Essa concepção de gramática privilegia apenas a variedade dita “padrão” ou culta e condena todas as outras formas que estejam fora dessa variedade. Logo, é um tipo de abordagem que mantém a perspectiva reducionista do estudo da palavra e da frase descontextualizada, reduzindo as aulas de português a aulas de teoria gramatical e atividades metalinguísticas.

Na segunda concepção, gramática descritiva, conforme o teórico, há a preocupação em descrever os fatos da língua, separando o que é gramatical do que não é gramatical. Para essa percepção, não há “erro” gramatical, mas construções linguísticas que são agramaticais, isto é, palavras ou frases que não são reconhecidas pelos falantes como sendo próprias da língua. Aqui, para uma construção ser considerada gramatical, não precisa seguir os modelos canônicos de escrita, mas atender às regras de funcionamento da língua em uma de suas variedades. Nessa perspectiva, contrariamente à concepção normativa, não entram juízos de valor, nem se privilegia apenas a variedade dita “padrão” da língua, estudam-se todas as variedades. No entanto, os critérios de avaliação são puramente linguísticos.

Quanto à gramática internalizada ou implícita: “corresponde ao saber linguístico que o falante de uma língua desenvolve dentro de certos limites impostos pela a sua própria dotação genética humana, em condições apropriadas de natureza social e antropológica” (TRAVAGLIA, 2005, p. 28). Nesse sentido, o saber gramatical é algo que antecede qualquer princípio de escolarização ou processo de aprendizagem, refere-se à capacidade genética do falante de perceber e internalizar as regras da gramática da língua, usando-as de acordo com o que é exigido pela situação de interação comunicativa de que participa.

Daí a crítica de alguns autores ao fato de muitos professores acharem que os alunos chegam à escola sem nenhum saber linguístico e que, por isso, precisam ser alfabetizados para aprender a Língua Portuguesa. Esquecem-se de que, a partir do momento que o aluno é exposto a uma interação verbal, já adquire um determinado conhecimento linguístico, ou seja, sabe usar a sua língua mesmo que inconscientemente. Por isso, ao adentrar na escola, esse conhecimento implícito precisa ser explorado, ampliado e aperfeiçoado, como meio de desenvolver a competência comunicativa do aluno, habilitando-o a usar a língua de forma.

2.1 Concepção de Linguagem

Bakhtin/Volochinov (2004) chamam-nos a atenção para a complexidade que envolve o fenômeno da linguagem. Os autores discutem a partir de um estudo filosófico-linguístico, as duas tendências no modo de entender a linguagem que vigoravam em sua época (década de 1920): uma pautada no “subjativismo idealista” e outra no “objetivismo abstrato”. O subjativismo idealista defende a ideia de que a língua é um ato de criação individual, ou seja, um código ideal que nasce na consciência do indivíduo. Nessa visão, se esse indivíduo não domina as regras de criação linguística, é porque não consegue pensar.

Além disso, para essa perspectiva, a língua é um produto acabado, apresentando-se, conforme os autores, como um depósito inerte. “A tendência do objetivismo abstrato acredita que o centro organizador de todos os fatos da língua não está no indivíduo, mas no sistema linguístico ”(BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004 p.120) Assim, o sujeito recebe da comunidade linguística um sistema já constituído e qualquer mudança, no interior desse sistema, ultrapassa os limites de sua consciência individual. As regras são impostas a ele como normas indestrutíveis, definitivas, as quais fazem parte de um sistema linguístico que se governa por leis imanentes e específicas e que, sendo independentes das leis ideológicas, deve ser tomado e assumido tal como ele é. Todavia, os autores criticam essas duas tendências e defendem que o signo linguístico, materializado pela enunciação, é também uma manifestação ideológica e social. Com isso, Bakhtin/Volochinov (2004) evidenciam uma nova tendência de percepção dos fatos linguísticos: a língua como fenômeno social de interação verbal, na qual defendem que o centro organizador de toda enunciação não é interior, mas exterior, estando situado no meio social que envolve o indivíduo. Aqui, a enunciação é vista como um produto da interação verbal e não como um fato individual.

Três modos de se ver a linguagem vêm permeando a história dos estudos linguísticos. Além de outros autores, Travaglia (1997), destaca essas três formas de se compreender a linguagem: Primeira Concepção: a linguagem é a expressão do pensamento. Para essa concepção o não saber pensar é a causa de as pessoas não saberem se expressar. Pensar logicamente é um requisito básico para se escrever, já que a linguagem traduz a expressão que se constrói no interior da mente, é o “espelho” do pensamento. Nessa tendência, segundo o autor a cima mencionado, o fenômeno linguístico é reduzido a um ato racional, “a um ato mono lógico, individual, que não é afetado pelo outro nem pelas circunstâncias que constituem a situação social em que a enunciação acontece” (1997, p. 21).

O fato linguístico, a exteriorização do pensamento por meio de uma linguagem articulada e organizada, é explicado como sendo um ato de criação individual. A expressão exterior depende apenas do conteúdo interior, do pensamento da pessoa e de sua capacidade de organizá-lo de maneira lógica. Por isso, acredita-se que o pensar logicamente, resultando na lógica da linguagem, deve ser incorporado por regras a serem seguidas, sendo que essas regras situam-se dentro do domínio do estudo gramatical normativo ou tradicional, que defende que saber língua é saber teoria gramatical.

Segunda Concepção: a linguagem é instrumento de comunicação. Segundo Geraldi (1997, p. 41) “essa concepção de linguagem se liga à Teoria da Comunicação e prediz que a língua é um sistema organizado de sinais (signos) que serve como meio de comunicação entre os indivíduos”. Em outras palavras, a língua é um código, um conjunto de signos, combinados através de regras, que possibilita ao emissor transmitir uma certa mensagem ao receptor. A comunicação, no entanto, só é estabelecida quando emissor e receptor conhecem e dominam o código, que é utilizado de maneira preestabelecida e convencionada. Quanto a essa visão, Bakhtin (1997, p. 78) diz que:

“(…) o sistema linguístico (…) é completamente independente de todo ato de criação individual, de toda intenção ou desígnio. (…) A língua opõe-se ao indivíduo enquanto norma indestrutível, peremptória, que o indivíduo só pode aceitar como tal.” O sistema linguístico é acabado, no sentido da totalidade das formas fonéticas, gramaticais e lexicais da língua, garantindo a sua compreensão pelos locutores de uma comunidade.

Terceira Concepção: a linguagem é uma forma ou um processo de interação. Segundo Travaglia (1997, p. 23), “nessa concepção, o que o indivíduo faz ao usar a língua não é tão-somente traduzir e exteriorizar um pensamento ou transmitir informações a outrem, mas sim realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor (ouvinte/leitor)”. Nesse enfoque, a concepção integracionista da linguagem contrapõe-se às visões conservadoras da língua, que a tem como um objeto autônomo, sem história e sem interferência do social, já que não enfatizar esses aspectos não é condizente com a realidade na qual estamos inseridos.

2.2 Ensino de Gramática

A partir das concepções de linguagem e de gramática, Travaglia (2005) discute sobre três tipos de ensino da língua: prescritivo, descritivo e produtivo. O primeiro tipo, ligado à primeira concepção de linguagem e à gramática normativa, só privilegia em sala de aula o

trabalho com a variedade escrita culta tendo como um de seus objetivos básicos a correção formal da linguagem. Visa levar o aluno a trocar seus padrões de atividade linguística, vistos como errados, por outros, considerados corretos. É, portanto, um ensino que interfere com as habilidades linguísticas existentes.

O segundo tipo tem como objetivo mostrar o funcionamento da língua, o qual, de acordo com o teórico, constitui-se a partir das gramáticas descritivas e normativas. Fala de habilidades já adquiridas sem procurar alterá-las, porém mostrando como podem ser utilizadas.

O terceiro tipo pretende auxiliar o aluno a ampliar o uso de sua língua materna, a fim de que tenha, a sua disposição, os recursos necessários para utilizar em diferentes situações comunicativas. Concordamos com Travaglia (2005) ao afirmar que esse é o tipo de ensino mais adequado para se desenvolver a competência comunicativa dos estudantes. Percebemos, portanto, que a crise em torno do processo de ensino e aprendizagem do Português, alvo de pesquisas que proliferam pelo país, não decorre apenas do ensino da Gramática (a questão não é deixar de ensinar Gramática), mas da falta de conhecimento sobre as concepções de linguagem, de ensino e de gramática, apesar dos significativos avanços das teorias e das pesquisas na área da linguística, sobretudo na Linguística Aplicada.

O ensino de gramática em nossas escolas tem sido primordialmente prescritivo, apegando-se a regras de gramática normativa que, como vimos, são montadas de acordo com a tradição literária clássica, de onde é tirada a maioria dos exemplos. Tais regras e exemplos são repetidos anos a fio como formas corretas e boas a serem imitadas na expressão do pensamento.

Nas aulas há uma ausência quase total de atividades de leitura e produção de textos o que talvez atendesse mais o objetivo, e há uma concentração muito grande no uso de metalinguagem, para a identificação e classificação de categorias, relações e funções dos elementos linguísticos, o que caracterizaria um ensino descritivo, embora baseado com frequência em descrições de qualidade questionável. A maior parte do tempo das aulas é gasto no aprendizado e utilização desta metalinguagem que não avança, pois anos após anos se insiste na repetição dos mesmos tópicos gramaticais: classificação das palavras e sua flexão, análise sintática do período simples e composto a que se acrescentam ainda noções de processos de formação de palavras e regras de regências e concordâncias, bem como as regras de acentuação e pontuação.

Grande parte dos professores de língua materna reconhece que a linguagem deve ser considerada como sendo uma atividade comunicativa, cognitiva e um objeto de análise, considerando-se as diferentes dimensões da linguagem, ou seja, a dimensão discursiva, a dimensão semântica e a dimensão sintática ou gramatical, já que tais conhecimentos são contemplados nos cursos de Letras e nas formações continuadas.

Entretanto, pela própria força da tradição e da organização dos programas escolares, e até mesmo por perdurar entre nossos docentes, mesmo que de forma inconsciente, uma concepção de linguagem como expressão do pensamento, ou instrumento de comunicação, a maioria dos professores de português adota, ainda, a compartimentação há muito tempo estabelecida pelos próprios livros didáticos: redação, leitura, interpretação, gramática, por meio de atividades de operação com a linguagem (redação, leitura, interpretação) ou atividades de sistematização gramatical.

O ensino de gramática é importante tanto na escrita quanto na fala, até porque nós estamos inseridos em uma sociedade contemporânea, na qual nossa aprendizagem é medida para ingressarmos no mercado de trabalho por meio de concursos públicos que exigem dos concorrentes uma gramática contextualizada, que depende das regras da gramática normativa.

As provas são elaboradas baseadas nos currículos escolares com propostas pedagógicas, onde a gramática normativa está inserida. Neste caso o aluno deve conhecer a estrutura, os usos e o funcionamento de uma língua nos seus diversos níveis: fonológico, morfológico, lexical e semântico. O professor de língua materna desde a alfabetização até o último ano escolar deve estar atento a estas informações realizando sua tarefa de educador com precisão e competência.

O que falta no ensino da gramática, de acordo com a didática é a aplicabilidade, pois quando se aprende algo que serve de uso em nossas vidas, certamente ficará guardado dentro de nós, de maneira tal que não esqueceremos. Acredita-se que há possibilidade da gramática condizer com a nossa realidade, utilizando a própria fala dos alunos para por isso em prática, por exemplo, quando um aluno expressa algo comum na fala de sua comunidade como os regionalismos e os neologismos, pode-se aproveitar a oportunidade e intervir nessa fala, mostrando que, muitas vezes, há várias formas de dizer a mesma palavra, que a Linguística explica todas essas variações e posteriormente demonstrar como a gramática normativa usa essa palavra.

Outro ponto que falta no ensino de gramática é acabar com certas "decurebas", muitas vezes, aprende na escola que os verbos: ser, estar, continuar, parecer, permanecer, dentro outros, sempre serão verbos de ligação, e ao chegar à faculdade leva-se um choque ao se deparar que depende do contexto do texto ou da frase para esse verbo ser realmente de ligação.

O estudo de Neves (1990), em pesquisa feita com 170 professores de 1º (5º a 8º) e 2º graus no estado de São Paulo, deixa bem claro a situação do ensino de gramáticas em nossas escolas. Em resposta a pergunta “Para que se ensina à gramática?”, quase 50% dos professores fazem indicações que se referem ao bom desempenho ativo (melhor expressão, melhor comunicação, melhor compreensão); cerca de 30% referem-se as questões normativas (maior correção, conhecimento de normas ou de regras, conhecimento do padrão culto) e cerca de 20% se ligam a uma finalidade teórica (aquisição das estruturas da língua, melhor conhecimento da língua) e menos de 1% dos professores declarou que só da aulas de gramática para cumprir o programa, embora os passos ulteriores da pesquisa tenham mostrado que a desvalorização da gramática ocorre numa porcentagem bem maior do que a declarada. Neves (1990, p. 18-28) também registram como é ensinada a gramática, dizendo que mais de 50% dos professores declaram que partem de textos, para a exercitação gramatical, cerca de 40% declaram partir da teoria, e cerca de 5% declara privilegiar a exercitação como ponto de partida das lições. Em um balanço geral da questão, Neves (1990, p. 45-48) registram que os professores: “em geral acreditam que a função do ensino da gramática é levar a escrever melhor”.

3 Descrição do Diário de Campo

Os dados aqui registrados foram coletados através da observação das aulas de gramática em sala de aula, na qual foram observadas dez (10) aulas referentes à gramática no ensino fundamental II. Foi observada uma sala de aula do 8º ano do Ensino Fundamental II, da Escola Municipal Manuel Tomaz de Aquino, no Sítio Tanquinho, Município de Lucrecia RN, constituída por apenas oito (8) alunos. A observação teve início no dia 13 de maio de 2014, no horário de 13h00min, prosseguindo nos dias 23, 27, de maio, com carga horária de três (3) aulas por cada data citada. A professora observada é graduada em pedagogia, atualmente

graduando em Letras, ambos pela Instituição Universidade Estaduais do Rio Grande do Norte- UERN.

4 Análise da Observação

A referente análise é requisito exposto pelo professor da disciplina de Tópicos de gramática do português, na perspectiva de um resultado sobre o ensino de gramática em sala de aula, sendo eficaz e produtivo. A aula começou dirigida a correção de exercícios, como forma de revisão sobre os assuntos, “Verbos” e “Sujeitos”: as questões retiradas do livro didático são bastante debatidas pelos alunos antes da correção final da professora. Os assuntos trabalhados foram “Sujeito”, “verbo” e “ortografia”, ambos eram ensinado a partir dos textos trabalhados, durante as dez aulas, oito foram os mesmos assuntos citados acima, para que houvesse aprendizagem dos educando.

Durante a observação, verificamos que a professora trabalhou em alguns momentos a gramática normativa, ou seja, a tradicional, aquela que utiliza o livro didático, mas em outros momentos ela apoiasse na gramática internalizada ou reflexiva, mostrando aos alunos exemplos do cotidiano, aproveitando das perguntas dos alunos e formulando seu próprio contexto de ensino, havendo variações no modo de transmitir e criar um ambiente propício para a aprendizagem.

O livro didático utilizado pela professora é composto pelas autoras Lígia Menna, Regina Figueiredo e Maria das Graças Vieira, Português Uma Língua Brasileira 1ª edição 2012 - São Paulo. O livro didático muitas vezes é a única ferramenta disponível para enriquecer o conteúdo, mas, para o ensino de gramática é essencial que o aluno possa muito mais que aprender regras, interagir, discutir, observar as regras no uso cotidiano, promovendo um estímulo do raciocínio e ampliando a capacidade criativa do aluno. Segundo Britto (2004, p.253),

O livro didático, que muitas vezes é a única fonte de informação e atualização do professor, impõe-se como necessidade pragmática tanto para as políticas de educação quanto para os próprios agentes pedagógicos. No limite caricatural estão os livros didáticos cuja versão “livro do professor” traz não apenas respostas às questões, mas a seqüência das aulas e as falas que deve dizer o professor, transformando-o num autônomo.

Nos livros didáticos, na maioria das vezes, o enfoque é a gramática normativa, descontextualizada e distante da realidade dos falantes. É colocado de lado o estudo da língua,

o seu uso e seus sentidos que se concretizam no discurso em favorecimento da gramática pela gramática, que não proporciona reflexão e é destituída de sentido.

Na observação, foi possível também perceber que a professora, muitas vezes, utilizou a concepção: a linguagem é uma forma ou um processo de interação, pois ela utilizava exemplo do livro, mas trazia a realidade para dentro da sala de aula, com exemplos do cotidiano fortalecendo suas explicações e sustentando suas respostas a partir do convívio e da interação em sociedade. Havendo assim uma interação entre professor e aluno, sendo favorável está dinâmica para o desenvolvimento do conhecimento e da aprendizagem do educando no campo produtivo.

Durante toda observação percebemos o quanto é difícil transmitir o conteúdo de maneira eficaz e bem sucedida por menor que seja a turma, pois quando apenas um aluno que não tem interesse em adquirir conhecimentos, desvia a atenção de todos aqueles que querem aprender. Mas, o que foi observado em dez aulas de língua portuguesa, com foco no ensino de gramática, foi uma profissional super atenciosa com conceitos simplificados, deixando os alunos bastante participativos e envolvidos com a aula. O trabalho feito por ela de grande qualidade, mesmo que em alguns momentos vimos à aplicação de uma gramática normativa, mas na maioria das vezes era uma variação de métodos.

5 Considerações Finais

Diante do que foi observado, pode-se concluir que a prática de análise linguística é um tanto, complexa uma vez que depende muito de um vasto conhecimento da língua. O professor precisa ser inovador que pesquise, analise, descubra, aprenda e reaprenda, deixando de seguir à risca as lições do livro didático, passando a construir seus conhecimentos, abandonando a velha tradição de seguir o que o livro diga como se faz.

O que falta no ensino de gramática, de acordo com a didática é a aplicabilidade, pois quando se aprende algo que serve de uso em nossas vidas, certamente ficará guardado pra sempre, de tal maneira que não esqueceremos. Sabe-se que ser professor é uma profissão importantíssima e mesmo com tantos problemas encarados por estes profissionais, é possível ainda sonhar em mudar o ensino da nossa língua de uma forma a que todos venham aprender e a valorizá-la, não é um caminho fácil, não obstante também não é impossível, mas falta

aplicar a prática o que nosso professor comenta em muitas de nossas aulas de gramática, descrição e uso.

Cabe lembrar ainda, que o ensino da gramática normativa não é apenas para proteger ou conservar a composição da língua, como denunciam alguns teóricos, mas, sobretudo, para subsidiar o usuário em suas necessidades textuais e orais, garantindo ainda que o falante da língua conheça o funcionamento de sua própria língua materna, possibilitando a total noção de características essenciais que pertencem à sua cultura.

É nesse mundo de constante transformação que a língua materna continua sendo o mais valioso e eficiente instrumento de inúmeros acessos em que o indivíduo deve apropriar-se para construir seu lugar de modo crítico e responsável. O ensino da gramática nas aulas de português nas escolas é de fundamental importância para que possamos desenvolver esse pensamento crítico da atualidade em que vivemos.

Referências

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Pontes, 1997.

GERALDI, J. W. **Concepções de linguagem e ensino de português**. In: _____. (org.). O texto na sala de aula: leitura e produção. Cascavel: Assoeste, 1997, p.39-46.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática na escola**. São Paulo: Contexto, 1990.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. S. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 10 ed. São Paulo. Cortez, 2005.